

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS

CENTRO DE ECONOMIA E ADMINISTRAÇÃO

FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

LETÍCIA APARECIDA DOS SANTOS CAMARGO

**UMA ANÁLISE DA EFETIVIDADE DO PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA
TODOS (PROUNI) E O IMPACTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NA REDUÇÃO DA
DESIGUALDADE SOCIAL**

CAMPINAS

2023

LETÍCIA APARECIDA DOS SANTOS CAMARGO

**UMA ANÁLISE DA EFETIVIDADE DO PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA
TODOS (PROUNI) E O IMPACTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NA REDUÇÃO DA
DESIGUALDADE SOCIAL**

Projeto de Monografia apresentado à Faculdade de Ciências Econômicas do Centro de Economia e Administração da Pontifícia Universidade Católica de Campinas como exigência parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Profa. Dra. Eliane Navarro Rosandiski

PUC-CAMPINAS

2023

LETÍCIA APARECIDA DOS SANTOS CAMARGO

**UMA ANÁLISE DA EFETIVIDADE DO PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA
TODOS (PROUNI) E O IMPACTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NA REDUÇÃO DA
DESIGUALDADE SOCIAL**

Trabalho de conclusão de curso
apresentado ao Departamento de Ciências
Econômicas, da Pontifícia Universidade
Católica de Campinas, como parte dos
requisitos necessários à obtenção do título
de Bacharel em Ciências Econômicas.

Campinas, de _____ de ____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Eliane Navarro Rosandiski
Universidade do orientador

Prof. Dr.Fábio Eduardo Iadrozza
Universidade do avaliador 1

Prof. (Nome do professor avaliador)
Universidade do avaliador 2

Ficha Catalográfica

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por ter me guiado durante toda minha caminhada e me dado forças para concluir o curso em meio de períodos tão turbulentos.

Aos meus pais, Valdeci Paes de Camargo e Marli Helena dos Santos Camargo, que trabalharam arduamente para possibilitar desde pequena os meus estudos e fizeram com que eu tenha a possibilidade de me formar, sempre me apoiando e me ajudando emocionalmente e financeiramente. São meus maiores exemplos de bondade e amor, não existem palavras para descrever o qão grato eu sou por tê-los comigo.

Aos meus avós que sonharam junto comigo, por todo o carinho e atenção que dedicaram a mim durante toda a minha vida, em especial minha avó Olézia que faleceu no período que eu escrevia essa monografia, não existem palavras para descrever sua importância para mim.

Aos meus cachorros, especialmente a Mel, minha companhia de escola e agora faculdade, me ajudou nos momentos difíceis sempre fazendo alguma graça para eu dar risada, fez total diferença principalmente durante a pandemia.

A minha professora de monografia Eliane, que se tornou uma amiga, desde o segundo ano de faculdade criamos conexões pelo Observatório, obrigada por todo auxílio durante pesquisa e acompanhando todo o processo de elaboração deste trabalho e fez de tudo para que este seja o meu melhor trabalho.

RESUMO

O objetivo do trabalho propõe uma análise da efetividade do Programa Universidade Para Todos (PROUNI) na promoção da inclusão social e redução da desigualdade educacional. O estudo utiliza de metodologias com referências bibliográficas e dados do Ministério da Educação e do Trabalho para embasar suas conclusões, evidenciando o papel do programa na promoção da igualdade de oportunidades educacionais. Ao longo dos capítulos, a pesquisa se aprofunda na análise da importância de políticas públicas na educação, a análise do Programa Universidade Para Todos (PROUNI), abordando seus objetivos, critérios de seleção, e impactos na entrada de estudantes de baixa renda nas instituições de ensino superior privadas e os desafios enfrentados pelos beneficiários. Ao discutir os desafios para o êxito do Programa Universidade Para Todos (PROUNI), o trabalho explora a inserção dos beneficiários no mercado de trabalho, evidenciando a distribuição nos setores e a relação entre remuneração e nível de escolaridade. A análise da evasão no Ensino Superior destaca a importância do programa na ampliação do acesso e ressalta a necessidade de aprimoramentos para garantir a permanência efetiva dos beneficiários. A conclusão do trabalho destaca o impacto positivo do Programa Universidade Para Todos (PROUNI) na redução das desigualdades sociais, proporcionando acesso à educação superior para estudantes de diferentes origens socioeconômicas. A pesquisa enfatiza a importância de incentivar e aprimorar o programa, aumentando as oportunidades para mais estudantes e assegurando a qualidade do ensino superior no país, também oferece uma visão abrangente apontando caminhos para melhorias, visando uma sociedade mais justa e equitativa no acesso à educação superior.

Palavras-chave: Programa Universidade Para Todos (PROUNI), Estado de Bem-Estar Social, Políticas Públicas na Educação.

ABSTRACT

The objective of the work proposes an analysis of the effectiveness of the University for All Program (PROUNI) in promoting social inclusion and reducing educational inequality. The study uses methodologies with bibliographical references and data from the Ministry of Education and Labor to support its conclusions, highlighting the role of the program in promoting equal educational opportunities. Throughout the chapters, the research delves into the analysis of the importance of public policies in education, the analysis of the University for All Program (PROUNI), addressing its objectives, selection criteria, and impacts on the entry of low-income students into institutions of private higher education and the challenges faced by beneficiaries. When discussing the challenges to the success of the University for All Program (PROUNI), the work explores the inclusion of beneficiaries in the job market, highlighting the distribution across sectors and the relationship between remuneration and level of education. The analysis of dropouts in Higher Education highlights the importance of the program in expanding access and highlights the need for improvements to guarantee the effective retention of beneficiaries. The conclusion of the work highlights the positive impact of the Universidade Para Todos Program (PROUNI) in reducing social inequalities, providing access to higher education for students from different socioeconomic backgrounds. The research emphasizes the importance of encouraging and improving the program, increasing opportunities for more students and ensuring the quality of higher education in the country. It also offers a comprehensive vision pointing out ways for improvements, aiming for a fairer and more equitable society in access to higher education. .

Keywords: University for All Program (PROUNI), Social Welfare State, Public Policies in Education.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

TABELAS

Tabela 1- Beneficiários do Sexo Feminino (2015-2020)	15
Tabela 2- Beneficiários do Sexo Masculino (2014-2020)	16
Tabela 3- Beneficiários por raça (2014-2020)	17
Tabela 4- Modalidade de Ensino por Sexo (2014-2020)	17
Tabela 5- Trabalhadores com o Ensino Médio Incompleto- Primeiro Emprego, São Paulo, 2020.....	21
Tabela 6- Trabalhadores com o Ensino Médio Completo- Primeiro Emprego, São Paulo, 2020.....	22
Tabela 7- Trabalhadores com o Ensino Superior Incompleto- Primeiro Emprego, São Paulo, 2020.....	22
Tabela 8 -Trabalhadores com o Ensino Superior Completo- Primeiro Emprego, São Paulo, 2020.....	23
Tabela 9- Trabalhadores com o Ensino Médio Incompleto- Remuneração Primeiro Emprego, São Paulo, 2020.....	24
Tabela 10- Trabalhadores com o Ensino Médio Completo- Remuneração Primeiro Emprego, São Paulo, 2020.....	24
Tabela 11- Trabalhadores com o Ensino Superior Incompleto- Remuneração Primeiro Emprego, São Paulo, 2020.....	25
Tabela 12- Trabalhadores com o Ensino Superior Completo- Remuneração Primeiro Emprego, São Paulo, 2020.....	26
Tabela 13- Variação da Taxa de Inadimplência, Presencial versus EAD.....	28
Tabela 14- Evolução da Taxa de Inadimplência no Ensino Superior Privado do Estado de São Paulo.	29
Tabela 15- Municípios com alunos matriculados no EAD- Brasil 2014 e 2021.....	30

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO 1. POLÍTICAS PÚBLICAS NA ÁREA DE EDUCAÇÃO	4
1.1 AS POLÍTICAS DE BEM ESTAR SOCIAL	4
1.2 POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO	6
1.3 PARA QUE SERVEM O CONJUNTO DE POLÍTICAS SOCIAIS E EDUCACIONAIS DO ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL?.....	8
1.4 QUAL A IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA A TRANSFORMAÇÃO DA VIDA DO INDIVÍDUO E DO PAÍS? ... Erro! Indicador não definido.	
1.5 MODELOS ECONÔMICOS	10
CAPÍTULO 2. PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS (PROUNI).....	13
2.1 O PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS (PROUNI)?... Erro! Indicador não definido.	
2.2 UMA DESCRIÇÃO DO PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS (PROUNI)?	13
2.3 INDICADORES REFERENTES AOS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS (PROUNI)	15
2.4 AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DO PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS.....	19

CAPÍTULO 3. DESAFIOS PARA O ÊXITO DO PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS (PROUNI).....	22
3.1. ONDE OS JOVENS ESTÃO SENDO EMPREGADOS?.....	22
3.2. QUAIS SETORES PAGAM MELHOR?.....	25
3.3 MOTIVOS DA EVASÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL.....	28
3.4 A REDE PRIVADA DE ENSINO SUPERIOR.....	31
3.5. OS DESAFIOS PARA A EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR E O PAPEL DO PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS (PROUNI).....	32
COMENTÁRIOS FINAIS.....	35
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	36

INTRODUÇÃO

O tema da educação é de suma importância para o desenvolvimento, conhecimento e também para a economia. A educação ajuda a combater a desigualdade social proporcionando oportunidades iguais para todos os indivíduos e também uma ascensão social, maiores conhecimentos de mundo e uma maior remuneração financeira no mercado de trabalho.

O Objetivo Geral deste trabalho é analisar a efetividade do Programa Universidade Para Todos (PROUNI) na promoção do acesso e da permanência de estudantes de baixa renda no ensino superior. A escolha desse tema está relacionada à importância da escolaridade para a mobilidade social e também associar a exclusão do acesso de estudantes ao sistema de formação.

- i) O estudo abordará o impacto das políticas públicas na redução das desigualdades sociais e educacionais no Brasil, por meio de uma avaliação dos critérios de seleção e o processo de concessão de bolsas do Programa Universidade Para Todos (PROUNI), analisando sua adequação e eficiência na garantia de oportunidades para estudantes de baixa renda.
- ii) Explorando os preceitos do Estado de Bem-Estar Social e seus impactos sobre a educação, esse estudo irá se fundamentar com base em evidências e leituras que visam reduzir a pobreza, desigualdade social e promover melhores impactos na sociedade por meio de políticas públicas e sociais na área da educação.
- iii) Analisar o papel do Programa Universidade Para Todos (PROUNI) na promoção da inclusão social e na redução da desigualdade educacional, considerando sua contribuição para a diversidade e o acesso à educação superior. Por meio de comparações de anos, sexo e modalidade de ensino dos estudantes beneficiados pelo Programa Universidade Para Todos (PROUNI), a fim de verificar a influência do programa na trajetória educacional desses alunos e identificar os principais desafios e obstáculos enfrentados pelos estudantes do programa durante sua formação acadêmica e propor possíveis soluções.

- iv) Visa propor recomendações e sugestões de aprimoramento de políticas públicas, com o objetivo de maximizar seus impactos na redução das disparidades sociais e educacionais. Ao descrever o que precisa ser mudado e aprimorado para que o Programa Universidade Para Todos (PROUNI) trabalhe no seu melhor desempenho, reduzindo as taxas de evasões e auxiliando os beneficiários em todas as fases do processo.

De forma para atender os Objetivos Específicos acima listados os quais serão desenvolvidos nos próximos capítulos do trabalho.

No primeiro capítulo, será realizada uma discussão conceitual sobre Políticas Públicas na Área da Educação, para que possa analisar o impacto para o desenvolvimento humano, econômico e político, conseqüentemente sua importância na redução da pobreza e da desigualdade social. O foco desse capítulo é mostrar o impacto das políticas sociais e educacionais do Estado de Bem-Estar Social e os elementos importantes para a transformação da vida do indivíduo e país.

O segundo capítulo aborda o Programa Universidade Para Todos (PROUNI) descrevendo o Programa, o seu objetivo, formas de acesso impactos na entrada de alunos de baixa renda na universidade privada. Além disso, exemplos concretos com tabelas indicando os beneficiários do sexo feminino, masculino, por raça e modalidade ensino dos anos de 2014-2020 e uma reflexão a respeito do Ensino à Distância.

O terceiro é o último capítulo que investiga os desafios para o êxito do Programa Universidade Para Todos (PROUNI), abordando onde os jovens estão sendo empregados no mercado de trabalho por meio de tabelas comparando a remuneração do primeiro emprego para os que possuem Ensino Médio (Completo e Incompleto) e Ensino Superior (Completo e Incompleto) no ano de 2020 no Estado de São Paulo. Ainda no terceiro capítulo será feito uma discussão sobre os setores que mais bem remuneram, motivos da evasão do Ensino Superior, esta análise permitirá descrever os desafios para a Expansão do Ensino Superior no Brasil e o papel do Programa Universidade para Todos (PROUNI).

A metodologia utilizada para a realização desse trabalho, consiste em revisões bibliográficas que abordam essa temática, utilizando-se de fontes acadêmicas explorando a história, impacto social e desafios enfrentados e sistematizados, as

fontes de dados foram retiradas do Ministério da Educação e do Trabalho, examinando a concessão de bolsas, evasão e remuneração. A partir dessa pesquisa, será desenvolvido o referencial teórico que servirá de base para realização da discussão do estudo.

Por fim, pretende se mostrar os desafios do Programa Universidade Para Todos (PROUNI) um tema de extrema relevância no contexto brasileiro, visando contribuir para o debate e a formulação de políticas que possam promover uma sociedade mais justa e equitativa com acesso à educação e incentivos para que os alunos se mantenham, a educação no Brasil é um desafio complexo, mas é também uma questão que não pode ser ignorada, dada sua influência direta a vida de milhões de brasileiros e a economia do país.

CAPÍTULO 1. O DEBATE SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIAIS

Neste capítulo serão apresentados conceitos teóricos sobre o Estado de Bem-Estar Social, no primeiro item os elementos que justificam o uso de políticas públicas, tem como objetivo principal garantir o bem-estar e a qualidade de vida da população, promovendo a igualdade de oportunidades e a proteção social.

Tem como objetivo apresentar o debate sobre a importância de políticas educacionais, parte-se podem estar inseridos no conjunto de políticas de bem-estar social, onde tais políticas corrigem a defasagem no acesso as instituições de ensino. A importância da política de educação própria na teoria econômica, mostra que a produtividade do sistema mais elevada está associada a um nível educacional maior.

O Estado intervém na economia para garantir oportunidades iguais para todos os cidadãos, através da distribuição de renda e a prestação de serviços públicos como educação, saúde e previdência social de uma maneira universal.

1.1 AS POLÍTICAS DE BEM ESTAR SOCIAL

O início e o desenvolvimento do Welfare State (Estado de Bem-Estar Social) no pós-guerra e ao longo do século XX, trouxe pensamentos sobre um Estado do Bem-Estar que busca maximizar os problemas e as necessidades humanas através de um conjunto de serviços promovidos através de serviços sociais do governo para a população vulnerável.

Com base na leitura do artigo de Nogueira (2001) a intervenção pública para a redução das desigualdades sociais que visa amenizar e solucionar os problemas de saúde, educação, transporte oferecendo condições melhores de existência com essa promoção de serviços, através da busca de uma maior perspectiva nos direitos sociais.

As necessidades sociais dos seres humanos são definidas pela sociedade, como por exemplo, o padrão de vida que vai se modificando ao longo dos anos, o desenvolvimento da industrialização fez com que surgisse mais dependências culturais e sociais através da divisão e especialização do trabalho com uma intensa mudança tecnológica.

Mudanças que causam instabilidades aumentando as chances de pobreza, em decorrência de desempregos, subempregos, entrada tardia no mercado de trabalho, frustrações que afetam o indivíduo e seu ciclo familiar. Discursos para alienação afetam e disseminam pensamentos meritocráticos, onde a culpa é da pessoa de não se dedicar mais para ter um sucesso e por isso, continua na pobreza, o que também dificulta as intervenções.

As políticas sociais em sociedades desiguais dependem de serviços públicos que o Estado de Bem-Estar Social deve satisfazer através de serviços universais que contribuam para a construção da identidade dos indivíduos e a integração social, em conjunto políticas sociais e econômicas para que ocorra uma mudança social.

Os custos sociais da atividade econômica, através do crescimento da divisão do trabalho, têm um impacto positivo no lado da produção e também é responsável por impactos negativos para desserviços como lixo, poluição, desemprego. O bem-estar social é promovido quando os prejuízos a terceiros são devidamente compensados.

Recursos como renda, riqueza, oportunidades sociais deveriam estar à disposição dos indivíduos para proteger as incertezas da vida na perspectiva das incertezas econômicas. Para que o crescimento econômico ocorra, é necessária uma seguridade social, através de contribuições aos benefícios do usuário garantindo o direito à cidadania.

A garantia do Estado de Bem-Estar Social é uma responsabilidade pública, através do uso dos recursos e das escolhas como mobilidade, abrigo, nutrição sobrepondo as desigualdades categóricas de idade, sexo, cor. A política social precisa dar visibilidade e respeito para a vida humana, também oportunidades para que ocorra uma mudança social na vida dos indivíduos.

Podemos concluir que o Bem-Estar Social envolve uma ampliação dos conjuntos de opções para os cidadãos, através de melhoras nos serviços como por exemplo, a educação. É preciso ter liberdades básicas iguais e um acesso justo a instituições que promovem a redução das desigualdades sociais por meio de um crescimento social promovendo o desenvolvimento, o qual será discutido no tópico seguinte.

1.2 A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Neste capítulo serão apresentados com base na leitura do livro Kerstenetzky (2012), o porquê deve existir políticas públicas e sociais na área da educação que visem um acesso equitativo, garantindo que todas as pessoas tenham um ingresso igualitário à educação que é um dos serviços do Estado de Bem-Estar Social, independentemente de sua origem socioeconômica, raça, gênero ou localização geográfica.

O desenvolvimento humano também depende da educação que desempenha um papel crucial no desenvolvimento integral das pessoas. Políticas educacionais bem planejadas e implementadas contribuem para o desenvolvimento físico, cognitivo, emocional e social dos indivíduos, preparando-os para enfrentar os desafios da vida e aproveitar as oportunidades disponíveis.

No âmbito político, pessoas com maiores conhecimentos fortalecem a democracia, pois, a educação é essencial para a construção e fortalecimento de sociedades democráticas. Ao promover a educação cidadã e os valores democráticos, as políticas educacionais ajudam a formar cidadãos informados, conscientes de seus direitos e deveres, capazes de participar ativamente na vida política e contribuir para a tomada de decisões coletivas.

O impacto no desenvolvimento econômico é muito positivo, os investimentos na área têm um impacto significativo no desenvolvimento econômico de um país. Uma força de trabalho bem-educada e qualificada é essencial para impulsionar a inovação, aumentar a produtividade e melhorar a competitividade em um mundo cada vez mais globalizado e baseado no conhecimento.

Conseqüentemente, temos uma redução da pobreza e da desigualdade, no qual a educação desempenha um papel fundamental ao proporcionar oportunidades educacionais de qualidade para todos, independentemente de sua condição socioeconômica, as políticas educacionais podem quebrar o ciclo de pobreza e permitir que as pessoas melhorem suas condições de vida e tenham inclusão, justiça e direito social.

As políticas educacionais também desempenham um papel importante na promoção da cultura, na preservação do patrimônio cultural e na transmissão de valores culturais de geração em geração. Através da educação, as sociedades podem valorizar e preservar sua identidade cultural, promovendo a diversidade e o diálogo intercultural.

Neste sentido, os serviços oferecidos pelo Estado de Bem-Estar Social, as políticas educacionais desempenham um papel fundamental na melhoria das condições de vida das pessoas, na criação de melhores chances de trabalho e há uma possível redução da desigualdade.

Em geral, indivíduos com maior nível educacional têm acesso a um quadro mais amplo de oportunidades de carreira no mercado de trabalho, nisso, possuem maior probabilidade de encontrar empregos que ofereçam melhores salários, benefícios e condições de trabalho, o que contribui diretamente para a melhoria de suas condições de vida.

Pode-se dizer que a capacitação e desenvolvimento de habilidades que a educação proporciona às pessoas através de competências necessárias para enfrentar os desafios do mercado de trabalho.

Um conjunto de habilidades técnicas, como conhecimentos específicos em determinadas áreas profissionais, habilidades transversais, como pensamento crítico, resolução de problemas, comunicação eficaz e trabalho em equipe. Essas habilidades capacitam os indivíduos a se adaptarem às demandas do mercado de trabalho em constante mudança e a se destacarem em suas respectivas áreas.

Assim sendo, destaca-se o papel fundamental da educação na redução da desigualdade social e econômica, proporcionando igualdade de oportunidades, permitindo que indivíduos de diferentes origens socioeconômicas tenham acesso a recursos educacionais e possam desenvolver seus potenciais.

Em conjunto com a capacidade de ascensão social, a educação desempenha um papel fundamental na mobilidade social e na capacidade de ascender na escala socioeconômica, os indivíduos têm a oportunidade de adquirir conhecimentos,

habilidades e certificações que os capacitam a buscar empregos de maior prestígio e remuneração.

Portanto, isso cria um ciclo positivo, onde a educação permite que as gerações futuras tenham acesso a melhores condições de vida e mais oportunidades sendo um motor para o desenvolvimento econômico de um país.

O empoderamento individual e coletivo, promovendo o pensamento crítico, a consciência social e a participação cívica, maiores chances de se envolver em questões sociais, políticas e comunitárias, contribuindo para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e igualitária.

As políticas educacionais desempenham um papel crucial na melhoria das condições de vida das pessoas, na criação de melhores oportunidades de emprego, na redução da desigualdade social e na capacitação individual e coletiva. Investir em uma educação de qualidade é fundamental para promover um desenvolvimento socioeconômico sustentável e criar sociedades mais justas e inclusivas.

A autora encerra descrevendo que a educação é um instrumento poderoso para promover o desenvolvimento humano, a igualdade, a justiça social, a democracia e o progresso econômico de uma nação. Na próxima parte do capítulo será apresentado como a educação se insere no conjunto de políticas sociais que visam a redução da desigualdade social.

1.3 PARA QUE SERVEM O CONJUNTO DE POLÍTICAS SOCIAIS E EDUCACIONAIS DO ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL?

Visam primeiramente, reduzir a pobreza e a desigualdade, as políticas sociais e educacionais do Estado de Bem-Estar Social tem como objetivo combater a pobreza e reduzir as desigualdades socioeconômicas. Fornecendo assistência social, como programas de transferência de renda, benefícios sociais, subsídios para habitação e alimentação, com o objetivo de garantir um padrão mínimo de vida para aqueles em situação de vulnerabilidade, com isso, dão mais acesso aos mais pobres consumirem, fazendo com que a economia gire de maneira positiva.

Quando se promove a inclusão social, o objetivo é garantir a todos os cidadãos tenham acesso a serviços essenciais, como saúde, educação, habitação, transporte

e cultura, buscando eliminar as barreiras que impedem a participação plena na sociedade e assegurar que ninguém seja deixado para trás.

Com o oferecimento de políticas educacionais dentro do Estado de Bem-Estar Social buscam garantir uma educação de qualidade e acessível a todos. Isso inclui a oferta de ensino básico gratuito e obrigatório, investimentos em infraestrutura educacional, formação de professores, programas de apoio aos estudantes e incentivos à educação ao longo da vida.

O objetivo é proporcionar igualdade de oportunidades educacionais e preparar os indivíduos para uma participação plena na sociedade, a construção do Programa Universidade Para Todos (PROUNI) no Brasil, através de uma política pública que visa uma igualdade de oportunidade para a população de baixa renda e professores da rede pública de educação no acesso a universidades através de bolsas concedidas pelo governo.

O Estado de Bem-Estar Social visa proteger os cidadãos contra os riscos sociais, como desemprego, doença, invalidez e envelhecimento. As políticas sociais nesse sentido incluem sistemas de seguridade social, seguro-desemprego, seguro-saúde, aposentadoria e pensões, que fornecem uma rede de segurança e suporte financeiro em momentos de necessidade.

Buscam condições equitativas para que todos os indivíduos tenham acesso às mesmas oportunidades de desenvolvimento pessoal e social. Isso inclui políticas de ação afirmativa, programas de inclusão de minorias, medidas de combate à discriminação e políticas de acessibilidade.

Pode então se dizer que o conjunto de políticas sociais e educacionais do Estado de Bem-Estar Social tem como objetivo promover a justiça social, garantir a dignidade humana e assegurar que todos os membros da sociedade tenham suas necessidades básicas atendidas, além de terem acesso às oportunidades necessárias para uma vida plena e produtiva.

Diante disso, na próxima parte do capítulo, será descrita a importância das políticas educacionais para a transformação da vida do indivíduo e os impactos para

o país, como a educação é um elemento para o combate da desigualdade social e a importância do Estado de Bem-Estar Social com políticas públicas.

1.4 MODELOS ECONÔMICOS

Nesta descrição entre a produtividade e competitividade na literatura econômica, pode também ser destacada nos modelos econômicos de longo prazo que incorporam a relação entre educação, crescimento econômico e produtividade como fator de desenvolvimento, incluindo o Modelo de Solow, a Teoria Schumpeteriana e a Teoria da Inovação, no qual o objetivo é mostrar a importância da educação para o desenvolvimento econômico e a universalidade da oferta do serviço.

Segundo o Modelo de Solow, também conhecido como Modelo de Crescimento Exógeno, desenvolvido por Robert Solow na década de 1950, analisa os determinantes do crescimento econômico a longo prazo, neste modelo, a educação é considerada um fator de capital humano, juntamente com o capital físico. O investimento em educação aumenta o estoque de capital humano da economia, melhorando a habilidade e a produtividade dos trabalhadores, resultando em um aumento da produção per capita e no crescimento econômico sustentável.

Seguindo a mesma linha, a Teoria Schumpeteriana, desenvolvida por Joseph Schumpeter, enfatiza a importância do empreendedorismo e da inovação tecnológica no crescimento econômico. A educação desempenha um papel crucial nessa teoria, pois proporciona às pessoas o conhecimento e as habilidades necessárias para inovar e empreender.

Os avanços educacionais permitem que os indivíduos adquiram competências técnicas e capacidade analítica, impulsionando o processo de inovação e aumentando a produtividade geral da economia. A Teoria da Inovação também destaca a importância da educação no contexto do desenvolvimento econômico, sugerindo que a inovação é um dos principais impulsionadores do crescimento econômico a longo prazo.

A educação desempenha um papel fundamental na geração e disseminação de conhecimento, preparando indivíduos com habilidades técnicas, científicas e criativas necessárias para a inovação. Uma força de trabalho educada é capaz de

absorver e aplicar novas tecnologias, impulsionando a produtividade e o progresso econômico.

Podemos concluir que a educação desempenha um papel crucial na melhoria das condições de produtividade de um país, o Estado de Bem-Estar Social democratiza os serviços e diminui as desigualdades, a educação garante melhores condições para os indivíduos e a literatura econômica enfatiza esse esforço do aumento capital humano como um pilar para o desenvolvimento, promovendo o empreendedorismo e a inovação.

Além de proporcionar os conhecimentos e habilidades necessários para impulsionar o crescimento econômico sustentável, o investimento em educação é essencial para o desenvolvimento de uma nação e para a melhoria da qualidade de vida de sua população.

1.5 COMENTÁRIOS FINAIS

Como visto ao longo do capítulo, evidencia-se uma conexão entre o Estado de Bem-Estar Social, as políticas educacionais e o desenvolvimento econômico. A análise dos elementos que justificam o uso de políticas públicas, a importância da educação na teoria econômica e a intervenção estatal para garantir oportunidades iguais formam um conjunto para compreender como esses pilares se entrelaçam na construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

A partir das reflexões sobre o Estado de Bem-Estar Social, percebe-se a relevância de seu surgimento pós-guerra, buscando maximizar a resolução de problemas e necessidades humanas. Com base em Nogueira (2001) destaca-se a intervenção pública como instrumento fundamental na redução das desigualdades sociais, abrangendo setores cruciais visando proporcionar melhores condições de existência e ampliar a perspectiva nos direitos sociais.

Além disso, o reconhecimento dos custos sociais da atividade econômica destaca a necessidade de compensação para promover o bem-estar social de forma eficaz, enfatiza a necessidade de políticas públicas que assegurem acesso equitativo à educação, considerando-a um serviço essencial do Estado de Bem-Estar Social. A educação é reconhecida como um pilar para o desenvolvimento humano, contribuindo

não apenas para o crescimento econômico, mas também fortalecendo a democracia e reduzindo a pobreza.

Ao abordar os modelos econômicos, como o Modelo de Solow e a Teoria Schumpeteriana, destaca-se a educação como fator crucial para o crescimento econômico sustentável. A análise desses modelos ressalta a importância da educação na geração de inovação, destacando-a como uma força motriz para o progresso econômico.

Portanto, podemos concluir que o conjunto de políticas sociais e educacionais do Estado de Bem-Estar Social visa não apenas reduzir a pobreza e desigualdades, mas também promover a justiça social, garantir a dignidade humana e oferecer oportunidades para uma vida plena e produtiva. A educação emerge como um elemento central nesse processo, desempenhando um papel transformador na vida dos indivíduos e na construção de sociedades mais justas e inclusivas. No próximo capítulo, será abordado como uma política educacional no Brasil funciona, contribuindo para a redução da desigualdade social.

CAPÍTULO 2. PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS (PROUNI)

No capítulo anterior, foi descrito a democratização do serviço da educação, através de uma das políticas do Estado de Bem-Estar Social, sendo benéfico para o desenvolvimento econômico e assim, reduzindo as desigualdades sociais. Diante disso, iremos mostrar como isso acontece, cabe entender como no Brasil se constrói uma política pública para a educação.

Neste capítulo será feito uma descrição do Programa Universidade para Todos (PROUNI), um contexto sobre a origem, analisando o perfil dos jovens impactados e além disso, a demonstração de mudanças através de tabelas de 2014-2020 analisando beneficiários do sexo feminino e masculino, raça e modalidade de ensino com uma reflexão sobre o ensino à distância e como se estrutura essa política pública de educação no Brasil.

2.1 UMA DESCRIÇÃO DO PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS (PROUNI)?

O Programa Universidade Para Todos (PROUNI) é um programa do governo federal brasileiro que oferece bolsas de estudo integrais e parciais em instituições de ensino superior privadas do país. O programa foi criado com o objetivo de facilitar o acesso de estudantes de baixa renda ao ensino superior, possibilitando que eles tenham a oportunidade de cursar uma faculdade, ou seja, é uma política pública que possui com o objetivo geral o acesso da população de baixa renda em instituições de ensino superior privadas, um mecanismo de democratização do ensino.

Segundo o Ministério da Educação (MEC, 2023), em meados dos anos 1980 e 1990, houve uma expansão no setor de ensino superior privado no país, aumentando também a concorrência no setor. No ano de 2004 houve um crescimento das vagas de ensino superior privado, elevando conjuntamente a sua procura por parte dos estudantes e nesse mesmo ano foi lançado o PROUNI, a princípio em caráter provisório, adiante se torna a Lei 11.096 em 2005.

Esta acessibilidade ocorreu através de bolsas integrais (100%), nesse caso, a renda familiar bruta mensal deve ser de até um salário mínimo e meio por pessoa, os contemplados não precisam pagar nada a faculdade, nem durante e nem depois dos estudos, pois, o programa arca com todas as mensalidades do curso e também possui bolsas parciais (50%) precisam pagar metade do valor das mensalidades do curso de escolha durante o período de estudos, caso não tenham condições de pagar a parte

não coberta pela bolsa, é possível participar do processo seletivo do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e financiar essa parte do curso.

Podem concorrer às vagas do Programa Universidade Para Todos (PROUNI), os estudantes que cursaram o ensino médio em escolas públicas ou em escolas particulares com bolsas integrais. Estudantes portadores de deficiência nos termos da lei e também professores da rede pública de ensino, para os cursos de licenciatura normal, superior e pedagogia destinados à formação do magistério da educação básica. Todos devem ter feito o Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM) e obtido nota mínima nas provas de ciências humanas, exatas, da natureza, linguagens e na redação.

Segundo o Ministério da Educação (MEC, 2023), o Programa Universidade para Todos (PROUNI) tem como finalidade a concessão de bolsas de estudos integrais e parciais a estudantes de cursos de graduação e de cursos sequenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior.

O Programa Universidade Para Todos (PROUNI) oferta bolsas de estudo, integrais e parciais (50% do valor da mensalidade do curso), em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições de educação superior privadas. O público-alvo do programa é o estudante sem diploma de nível superior.

Para participar o candidato pré-selecionado deve comprovar renda familiar bruta mensal, por pessoa, de até 1,5 salário mínimo, para obter a bolsa integral, que cobre a totalidade do valor da mensalidade do curso. Já para a bolsa parcial, que cobre (50%) do valor da mensalidade, a renda mensal per capita exigida é de até 3 salários mínimos.

Portanto para participar do Programa Universidade Para Todos (PROUNI) é preciso atender a pelo menos uma das seguintes condições que tenha cursado o ensino médio integralmente em escola da rede pública ou ensino médio integralmente em instituição privada, na condição de bolsista integral da respectiva instituição.

Também ter cursado, o ensino médio parcialmente em escola da rede pública e parcialmente em instituição privada, na condição de bolsista integral da respectiva instituição, ou o ensino médio parcialmente em escola da rede pública e parcialmente em instituição privada, na condição de bolsista parcial da respectiva instituição ou sem

a condição de bolsista e o ensino médio integralmente em instituição privada, na condição de bolsista parcial da respectiva instituição ou sem a condição de bolsista.

Seja pessoa com deficiência, na forma prevista na legislação, ou seja, professor da rede pública de ensino, exclusivamente para os cursos de licenciatura e pedagogia, destinados à formação do magistério da educação básica. Neste caso não é aplicado o limite de renda exigido aos demais candidatos.

O Programa Universidade Para Todos (PROUNI) é uma iniciativa fundamental para a formação acadêmica no Brasil, pois permite que estudantes de baixa renda tenham acesso ao ensino superior em instituições privadas de qualidade, contribuindo para a redução das desigualdades sociais, aumentando o desenvolvimento social e econômico do país.

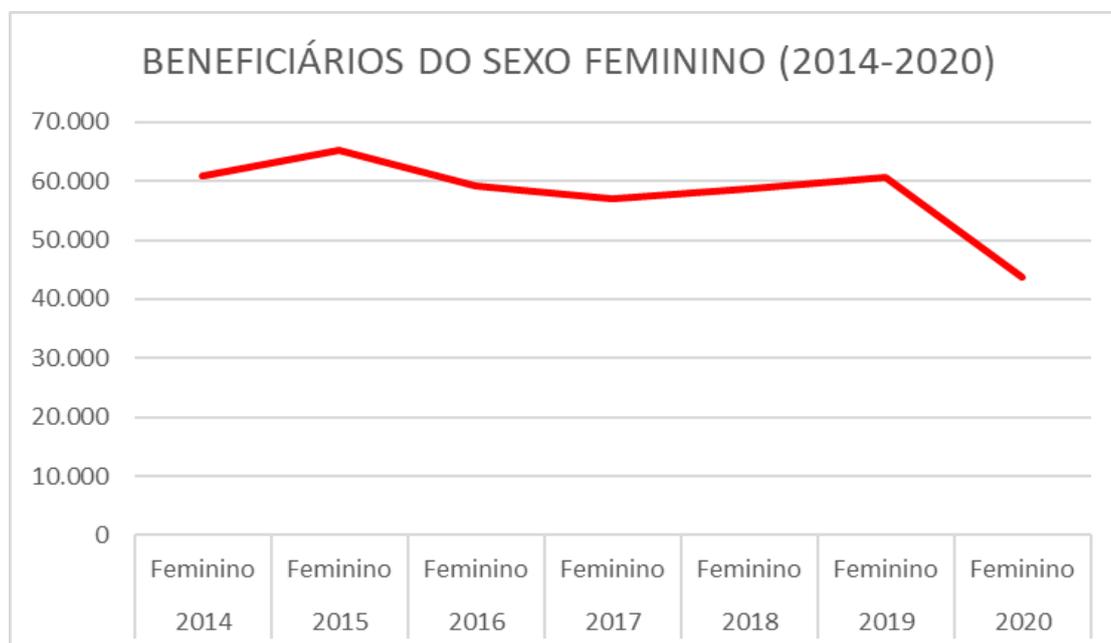
Segundo o Ministério da Educação (MEC, 2023), o financiamento das bolsas se dá através de isenção fiscal às instituições de ensino superior privadas, proporcionalmente ao número de vagas reservadas ao Programa Universidade Para Todos (PROUNI) efetivamente preenchidas. Ou seja, se 100% das vagas reservadas aos alunos de baixa renda de escolas públicas forem preenchidas, as instituições privadas estão isentas de 100% dos tributos federais.

No próximo tópico, será discutido o perfil dos estudantes do Programa Universidade Para Todos (PROUNI) e o funcionamento do Programa no país, descrevendo as vagas a partir de dados que foram retirados a partir da plataforma do Ministério da Educação (MEC, 2023).

2.2 INDICADORES REFERENTES AOS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS (PROUNI)

Neste item iremos descrever o perfil que irá privilegiar a quantidade de alunos beneficiados pelo Programa Universidade Para Todos (PROUNI) a partir dados como o sexo (feminino ou masculino), raça e a modalidade de ensino (EAD ou Presencial) dos anos de 2014 a 2020, todas as informações foram retiradas a partir de dados do Ministério da Educação (MEC, 2023) e organizadas nas tabelas abaixo.

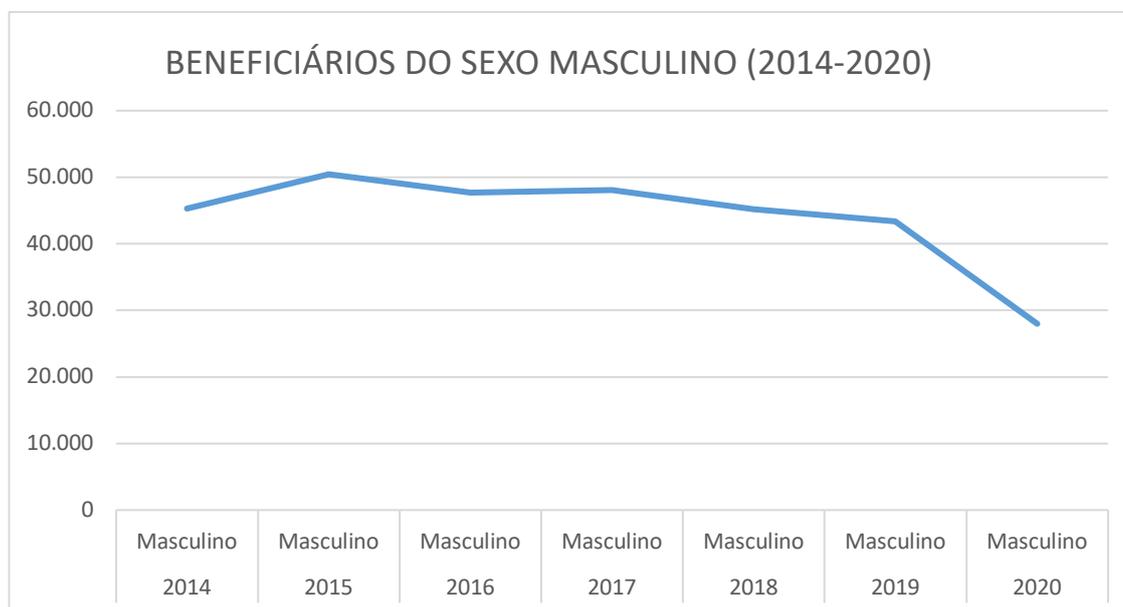
Tabela 1

Beneficiários do Sexo Feminino (2014-2020)

Fonte: Ministério da Educação (MEC)

Podemos analisar, por meio da tabela 1 que coloca em um gráfico os dados retirados do Ministério da Educação (MEC, 2023) que diz a respeito dos beneficiários do sexo feminino dos anos de 2014-2020 que tivemos um aumento no ano de 2014 para 2015 por conta de uma expansão no número de vagas, uma leve queda em 2016, impactos ocasionados pela crise econômica e política no país e mantendo uma certa estabilidade durante os anos 2017, 2018 e 2019. No ano de 2020, uma enorme queda nas beneficiárias do sexo feminino, podendo ser explicada pela pandemia do Covid-19 que atingiu o mundo e afetou a sociedade, economia e educação.

Tabela 2

Beneficiários do Sexo Masculino (2014-2020)

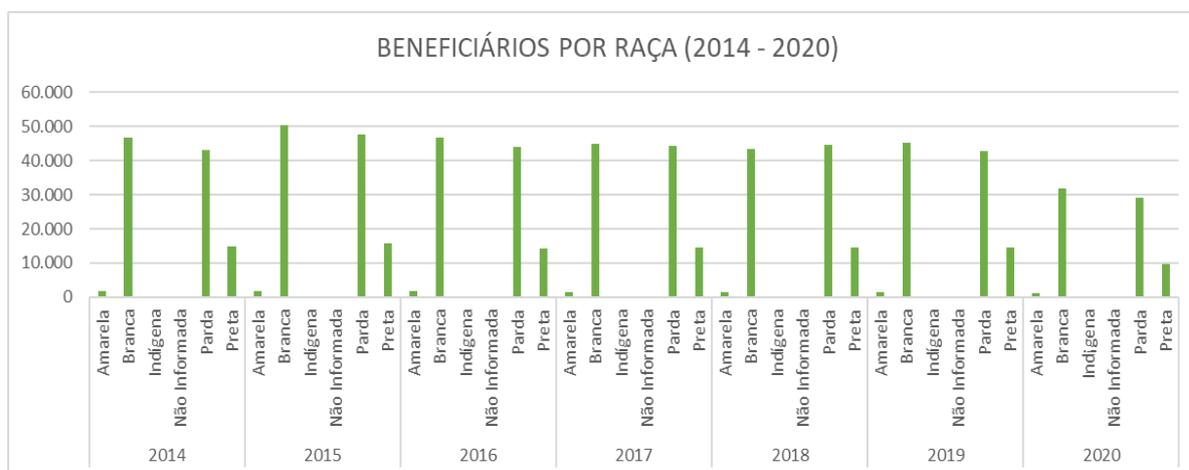
Fonte: Ministério da Educação (MEC)

Podemos analisar, por meio da tabela 2 que coloca em um gráfico os dados retirados do Ministério da Educação (MEC, 2023) que diz a respeito dos beneficiários do sexo masculino de 2014-2020 que tivemos um aumento no ano de 2014 para 2015 por conta de uma expansão no número de vagas, uma leve queda em 2016, impactos ocasionados pela crise econômica e política no país e mantendo uma certa estabilidade durante os anos 2017,2018. Uma queda no ano de 2019 sendo diferente do comparado com o sexo feminino e no ano de 2020, uma enorme queda nos beneficiários do sexo masculino, podendo ser explicada pela pandemia do Covid-19 que atingiu o mundo e afetou a sociedade, economia e educação.

Com relação ao corte por gênero, observa-se que o número de ingressantes no Programa Universidade Para Todos (PROUNI) é maior no sexo feminino quando comparado com o masculino, pode se fazer que impacta no positivamente na economia através do emprego e conseqüentemente a renda.

Tabela 3

Beneficiários por raça (2014-2020)

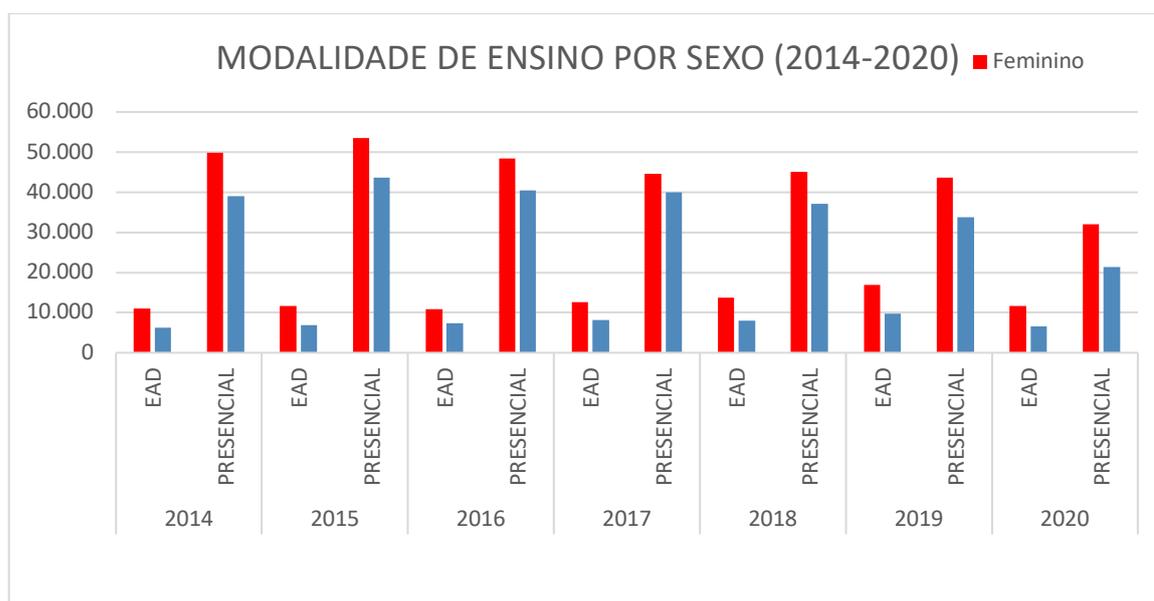


Fonte: Ministério da Educação (MEC)

Na categoria beneficiária por raça, englobando ambos os sexos, podemos analisar de maneira geral dos anos de 2014-2020 que a maioria dos ingressantes do Programa Universidade Para Todos (PROUNI) se declara branca e parda, em praticamente totalidade dos anos, apenas tendo uma queda no ano de 2020, em consequência da pandemia mundial do Covid-19 onde a economia e educação foi muito atingida.

Tabela 4

Modalidade de Ensino por Sexo (2014-2020)



Fonte: Ministério da Educação (MEC)

Nesta categoria modalidade por ensino, podemos analisar conforme a tabela 4 que nos anos de 2014-2020, a grande maioria de beneficiários são mulheres nas duas modalidades, mas, o Ensino à Distância vem crescendo, principalmente após o ano de 2019, se intensificando em leve queda durante o ano de 2020, tendo em vista a pandemia mundial, o qual gerou uma paralização do Ensino Presencial (por causa do isolamento social) e as dificuldades no Ensino à Distância, sendo necessário condições financeiras para manter o estudo através da internet, computadores e um ambiente apropriado.

Em conjunto na tabela 4, os beneficiários do sexo masculino, tem um leve aumento no ano de 2015 comparado com 2014, na modalidade de Ensino Presencial e aos demais se manteve em estabilidade até 2017, a partir de 2018, quedas no Ensino Presencial e um leve aumento no Ensino à Distância, apenas no ano de 2020 uma redução tendo em vista o início da Pandemia do Covid-19.

As principais características dos beneficiários do Programa Universidade Para Todos (PROUNI) são as mulheres, mas, também é necessário ampliar a entrada do público negro e pardo de ambos os sexos, o qual são minoria através de políticas públicas como ampliação das cotas e incentivos como bolsas para que eles consigam se manter durante o período.

Diante disso, no próximo tópico apontados alguns dados que reforçam os assuntos discutidos, abordando os desafios para o êxito do Programa Universidade Para Todos (PROUNI), onde os jovens estão sendo empregados, quais setores mais bem remuneram e os motivos de evasão do Ensino Superior no Brasil.

2.3 AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DO PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS

Desde o início da formação do nosso país que foi colonizado por Portugal para ser uma colônia de exploração de recursos, o ensino foi voltado para as elites, pessoas com um poder econômico mais elevado, todavia, desde a Constituição de 1988 a educação se torna algo indispensável, um direito a todos os brasileiros.

O Artigo de Mendes (2017) e Mulin (2017) aborda o desempenho do Programa Universidade Para Todos (PROUNI) após a sua implantação, a popularização do Ensino Superior do Brasil se iniciou a partir de mudanças ocorridas no contexto social, político e educacional.

O Programa Universidade Para Todos (PROUNI) foi criado em 2004 pelo Governo Federal, em consonância com o Ministério da Educação, através da Lei nº 11.096/2005, tendo como finalidade a oferta de bolsas de estudo parciais e integrais em universidades particulares de todo o país.

Seu objetivo é possibilitar a igualdade de oportunidades, oferecendo aos estudantes de baixa renda, a educação através do Ensino Superior, oferecendo vantagens fiscais que colaboram para o desenvolvimento da instituição, através de isenção de impostos.

As universidades privadas vêm recebendo um aumento gradativo no seu número de alunos, as iniciativas como o Programa Universidade Para Todos (PROUNI) buscam viabilizar o acesso e a permanência dos estudantes durante a graduação, impactam no aumento de números no Ensino Superior em todo o país.

Inicialmente, muitas faculdades observaram benefícios com essa adesão ao programa, outras demoram anos para abrir suas vagas com receios aos pagamentos que são feitos pelo Governo. Trazendo oportunidades para cidadãos baixa renda, ocorre uma ampliação da inclusão social por meio da educação, onde grande parte dos alunos bolsistas são os primeiros da família a chegar a cursar um Ensino Superior, tendo uma importância na vida do indivíduo, ter um crescimento e um reconhecimento na sociedade, através de convivências com pessoas de relações que podem potencializar o seu capital social cultural.

Podemos concluir até o momento que é possível perceber que o Programa Universidade Para Todos (PROUNI) trouxe muitos benefícios para a educação superior no país, por meio de uma inclusão social para o acesso ao ensino superior, promovendo um maior conhecimento e conseqüentemente um desenvolvimento econômico.

2.4 COMENTÁRIOS FINAIS

Como apresentado ao longo do capítulo, o Programa Universidade para Todos (PROUNI), destaca um papel crucial na democratização do acesso ao ensino superior no Brasil. Ao detalhar as origens, critérios de elegibilidade e impactos socioeconômicos, o programa tem uma importante relevância para a promoção da igualdade de oportunidades.

A análise do perfil dos beneficiários, com ênfase nas categorias de gênero, raça e modalidade de ensino, mostra que uma queda no número de beneficiários em 2020, influenciada pela pandemia, destaca a vulnerabilidade do programa a eventos externos, exigindo adaptações para enfrentar desafios inesperados.

Ao evidenciar que o Programa Universidade Para Todos (PROUNI) beneficia em maior acesso as mulheres e tem uma necessidade de políticas que ampliem a inclusão de minorias étnicas. A discussão sobre a evolução do ensino à distância e suas ramificações durante a pandemia contribui para a compreensão dos obstáculos enfrentados pelos estudantes.

O capítulo encerra com uma avaliação positiva do desempenho do Programa Universidade Para Todos (PROUNI), reconhecendo seu papel fundamental na transformação do panorama educacional do país. Ao destacar o aumento gradual de alunos nas instituições privadas e os benefícios sociais proporcionados pelo programa, o texto destaca a contribuição significativa do programa para a construção de uma sociedade mais equitativa e educacionalmente inclusiva, mas com desafios que serão descritos no próximo capítulo.

CAPÍTULO 3. DESAFIOS PARA O ÊXITO DO PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS (PROUNI)

Neste item, será feita uma abordagem para entender de que maneira os jovens estão se inserindo no mercado de trabalho, quais setor melhor remuneram, a rede privada de ensino superior e os motivos de evasão dos beneficiários.

Os jovens de Ensino Médio, serão apresentados os dados que mostram a forma de inserção no mercado de trabalho, o foco dessa discussão vão ser os jovens com Ensino Médio e Ensino Superior (Completo e Incompleto) na faixa etária de 18-24 anos, a abrangência será o Estado de São Paulo durante o ano de 2020.

O objetivo é mostrar que esse mercado de trabalho não esteja sendo tão atrativo para a população jovem, visto os padrões de remunerações e além disso, considerando as pessoas de maior idade estão saindo do mercado de trabalho, esses jovens estão ingressando no mercado de trabalho, com um salário baixo, o qual não conseguem se sustentar no Ensino Superior.

Diante disso, o capítulo ira abordar a evasão e a necessidades de mudanças Programa Universidade Para Todos (PROUNI) para que esse jovem consiga se sustentar na faculdade para concluir o curso e ir em busca de um emprego melhor remunerado, assim, auxiliando a economia como um todo para um maior desenvolvimento.

3.1. ONDE OS JOVENS ESTÃO SENDO EMPREGADOS?

As tabelas inseridas abaixo, foram retiradas do Ministério do Trabalho (RAIS), os dados que estão sendo apresentados referem-se à quantidade de trabalhadores que tiveram seu contrato de trabalho registrados nesse caso, nos referimos ao primeiro emprego, durante o ano de 2020 no Estado de São Paulo.

Tabela 5

Trabalhadores com o Ensino Médio Incompleto- Primeiro Emprego, São Paulo, 2020

Médio Incompleto	Total	39.150
	1 - Extrativa mineral	13
	2 - Indústria de transformação	7.205
	3 - Serviços industriais de utilidade pública	122
	4 - Construção Civil	1.264
	5 - Comércio	12.328
	6 - Serviços	16.540
	7 - Administração Pública	628
	8 - Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca	1.050

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) Ministério do Trabalho.

Os jovens com o Ensino Médio Incompleto em sua grande maioria o seu primeiro emprego é no setor de Serviços, um setor terciário da economia compreende as atividades de comércio e prestação de serviços. É extremamente amplo, que responde por quase metade da mão de obra empregada em São Paulo, o setor terciário abrange trabalhadores formais do comércio e também prestadores de serviço, totalizando no geral 39.150 contratos durante o ano de 2020.

Tabela 6

Trabalhadores com o Ensino Médio Completo- Primeiro Emprego, São Paulo, 2020

Médio Completo	Total	164.250
	1 - Extrativa mineral	76
	2 - Indústria de transformação	23.933
	3 - Serviços industriais de utilidade pública	385
	4 - Construção Civil	5.235
	5 - Comércio	49.640
	6 - Serviços	77.362
	7 - Administração Pública	4.428
	8 - Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca	3.191

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) Ministério do Trabalho.

Os jovens recém-formados do Ensino Médio quando buscam o primeiro emprego no mercado de trabalho também se alocam no Setor de serviços com 77.362 registros em 2020 e em segundo lugar, o setor de Comércio com 46.640 inclui centenas de atividades ligadas à comercialização (compra e venda) de bens. Os bens que são comercializados pelo comércio, produzidos pelos setores primário e

secundários, são classificados como bens materiais. No ano de 2020 foram totalizados 164.250 registros.

Tabela 7

Trabalhadores com o Ensino Superior Incompleto- Primeiro Emprego, São Paulo, 2020

Superior Incompleto	Total	
		15.038
	1 - Extrativa mineral	8
	2 - Indústria de transformação	1.743
	3 - Serviços industriais de utilidade pública	26
	4 - Construção Civil	330
	5 - Comércio	3.244
	6 - Serviços	9.080
	7 - Administração Pública	487
	8 - Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca	120

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) Ministério do Trabalho.

Os jovens com o Superior Incompleto, na busca do seu primeiro emprego também continuam entrando no mercado de trabalho no setor de Serviços, que possuem uma importância fundamental para a economia brasileira, englobam serviços como infraestrutura, transportes, comunicação e um elo essencial com os outros setores da economia, incluindo o consumidor final. Durante o ano de 2020, 15.038 registros foram contabilizados.

Tabela 8

Trabalhadores com o Ensino Superior Completo- Primeiro Emprego, São Paulo, 2020

Superior Completo	Total	
		31.203
	1 - Extrativa mineral	6
	2 - Indústria de transformação	2.616
	3 - Serviços industriais de utilidade pública	80
	4 - Construção Civil	311
	5 - Comércio	3.171
	6 - Serviços	16.640
	7 - Administração Pública	8.183
	8 - Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca	196

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) Ministério do Trabalho.

Os jovens com o Superior Completo também não fogem dos demais descritos anteriormente, o primeiro emprego no setor de Serviços, mas, em segundo lugar temos uma mudança nos outros citados acima temos um grande volume entrando no setor da Administração Pública no ano de 2020 em São Paulo, uma diferença dos

listados anteriormente, é constituído por unidades que têm como função principal produzir serviços não mercantis destinados à coletividade ou efetuar operações de repartição de renda e de patrimônio. Ocorre uma diferença em aumento dos registros quando comparado com os jovens de Ensino Superior Incompleto, nesse caso totaliza 31.203 durante o ano de 2020.

3.2. QUAIS SETORES PAGAM MELHOR?

Neste item, serão apresentados os dados referentes aos setores que maiores remunerações no Primeiro Emprego, o foco dessa discussão vão ser os jovens com Ensino Médio e Ensino Superior (Completo e Incompleto) na faixa etária de 18-24 anos, a abrangência será o Estado de São Paulo no ano de 2020.

Tabela 9

Trabalhadores com o Ensino Médio Incompleto- Remuneração Primeiro Emprego, São Paulo, 2020

Médio Incompleto	Total	997,71
	1 - Extrativa mineral	1.241,06
	2 - Indústria de transformação	1.052,38
	3 - Serviços industriais de utilidade pública	1.026,17
	4 - Construção Civil	1.178,58
	5 - Comércio	1.027,16
	6 - Serviços	910,89
	7 - Administração Pública	1.310,79
	8 - Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca	1.233,11

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) Ministério do Trabalho.

Dentre esses, os setores que mais bem remuneram no Primeiro emprego, temos uma diferença dos casos discutidos anteriormente, os Setores que mais remuneram, não são o que mais empregam. Os jovens com Ensino Médio Incompleto o setor que mais bem remunera é da Administração Pública, a área trata-se da utilização de técnicas da administração, inclusive do setor privado, para otimizar o desempenho da gestão em organizações e empresas públicas, ou até mesmo empresas do terceiro setor.

O setor de Serviços, sendo que mais emprega jovens com o Ensino Médio Incompleto no Primeiro Emprego é também o que possui menor remuneração entre os demais, sendo um salário médio no Estado de São Paulo durante o ano de 2020 de R\$ 910,89.

Tabela 10

Trabalhadores com o Ensino Médio Completo- Remuneração Primeiro Emprego, São Paulo, 2020

Médio Completo	Total	
		1.309,67
	1 - Extrativa mineral	1.596,96
	2 - Indústria de transformação	1.435,27
	3 - Serviços industriais de utilidade pública	1.394,57
	4 - Construção Civil	1.402,46
	5 - Comércio	1.313,14
	6 - Serviços	1.221,11
	7 - Administração Pública	1.986,10
	8 - Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca	1.352,80

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) Ministério do Trabalho.

Os jovens com o Ensino Médio Completo no seu Primeiro Emprego, o setor que mais bem remunera é também da Administração Pública, durante o ano de 2020 no Estado de São Paulo, a média dos salários foi de R\$ 1.986,10 sendo superior aos jovens que não possuem o Ensino Médio Completo.

O setor de Serviços, o qual mais emprega jovens recém-formados do Ensino Médio no seu primeiro emprego, também continua a remuneração mais baixa comparado com outros setores na tabela acima. Podemos afirmar que o setor que mais emprega, é também o que menor remunera.

Tabela 11

Trabalhadores com o Ensino Superior Incompleto- Remuneração Primeiro Emprego, São Paulo, 2020

Superior Incompleto	Total	
		1.814,20
	1 - Extrativa mineral	2.183,73
	2 - Indústria de transformação	2.011,26
	3 - Serviços industriais de utilidade pública	2.440,71
	4 - Construção Civil	1.739,17
	5 - Comércio	1.846,18
	6 - Serviços	1.768,05
	7 - Administração Pública	1.812,03
	8 - Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca	1.634,19

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) Ministério do Trabalho.

Os jovens com o Ensino Superior Incompleto, comparando com os demais descritos anteriormente, temos uma mudança visível no nível de remuneração do Primeiro Emprego, o setor de Serviços Industriais de Utilidade Pública (Compreendem os SIUP, as atividades de geração e distribuição de energia, fornecimento de gás,

serviços ambientais de água, esgoto e gestão de resíduos) foi o que mais remunerou durante o ano de 2020 em São Paulo, com um salário médio de R\$ 2.440,71.

Comparando com os setores que mais empregam, o setor de Serviços, por sua vez não é o que oferece menor remuneração, nesse caso para os jovens com o Ensino Superior Incompleto, a menor remuneração se encontra no setor de Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca.

Tabela 12

Trabalhadores com o Ensino Superior Completo- Remuneração Primeiro Emprego, São Paulo, 2020

Superior Completo	Total	
		4.024,01
	1 - Extrativa mineral	4.786,14
	2 - Indústria de transformação	5.584,33
	3 - Serviços industriais de utilidade pública	4.439,16
	4 - Construção Civil	2.967,92
	5 - Comércio	3.706,81
	6 - Serviços	4.036,35
	7 - Administração Pública	3.677,46
	8 - Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca	3.234,70

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) Ministério do Trabalho.

Os jovens que completam o Ensino Superior, quando buscam seu Primeiro Emprego são recebidos no mercado com um salário maior comparado aos que possuem Ensino Médio (Completo e Incompleto) e Ensino Superior Incompleto. Diferente do padrão, ocorre uma melhoria na remuneração quando se tem um Ensino Superior Completo, o diploma, aumenta o grau de qualificação, conhecimento e remuneração do trabalhador.

Dentre os setores listados na tabela acima, o que mais bem remunerou no ano de 2020 em São Paulo foi o setor da Indústria de Transformação com um salário médio de R\$ 5.584,33.

A Indústria de Transformação é um seguimento de indústria que realiza a transformação de matéria-prima em um produto final ou intermediário que vai ser novamente modificado por outra indústria, são exemplos: as indústrias que transformam aço em máquinas e ferramentas, a fabricação de bens de consumo como automóveis e roupas, a produção de celulose para a produção de papel, a produção agroindustrial que transforma cana em açúcar, entre diversas outras atividades.

Portanto, podemos concluir que o fato de ter um Ensino Superior Completo é importante para uma melhor remuneração no mercado de trabalho, o qual gera melhores condições de vida para o indivíduo e melhoras na economia como um todo, salários mais altos tem impactos positivos no consumo e conseqüentemente no PIB (Produto Interno Bruto).

Os jovens precisam de apoio para conseguirem não só ingressar no Ensino Superior, mas também se manter durante a faculdade sem precisar abandonar o curso para trabalhar no seu sustento e da sua família, para isso é necessário políticas públicas e modificações nos programas já existentes como o Programa Universidade Para Todos (PROUNI).

3.3 MOTIVOS DA EVASÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

De acordo com o Artigo de Costa (2017) e Ferreira (2017), há inúmeras barreiras para o acesso ao Ensino Superior, principalmente para quem possui menores condições financeiras, há vagas reduzidas nas universidades públicas comparadas com o amplo número no setor privado

O Programa Universidade Para Todos (PROUNI) é uma medida para expansão da educação superior na rede privada no Brasil, disponibilizando vagas para estudantes das camadas populares, mas, segundo as autoras, está longe corrigir a distribuição desigual da educação. As condições de permanência são difíceis, os estudantes possuem inúmeras dificuldades para se manter no estudo e arcar com as despesas.

É necessária uma ampliação das bolsas-auxílio para que os beneficiários consigam se manter pagando moradia, alimentação e transportes, pois, a renda per capita desses jovens inibe que eles continuem nas universidades, as evasões são muitas vezes para o mercado de trabalho, onde ele precisa completar a renda da família para a sobrevivência.

As evasões representam um desperdício acadêmico, social e econômico dos recursos públicos que são investidos e não possuem um retorno, não deve só ampliar as vagas, mas também as condições para que esse aluno consiga se sustentar durante o curso.

“Os jovens que necessitam de auxílio financeiro para estudar geralmente são aqueles que não dispõem de recursos próprios ou familiares, que poderia explicar os coeficientes positivos da variável de escolaridade do pai, visto que essa variável pode estar associada à maior vulnerabilidade socioeconômica da família. Por outro lado, muitos estudos apontam que a escolaridade dos pais, principalmente a da mãe, é um determinante importante do comportamento do jovem e está associada à vários resultados da vida do indivíduo, como proficiência e inserção no mercado de trabalho” (Becker 2018, Reis & Ramos 2011).

O ano de 2015 foi marcado por números negativos na maioria dos indicadores econômicos no Brasil, o que se agravou com a Pandemia do Covid-19 em 2020, o Ensino Superior Privado foi fortemente atingido com inadimplências. A Taxa de Evasão no ano de 2020 chegou a 32,4% e o número de alunos matriculados no ano de 2021 caiu 7,12%, segundo dados do Instituto Samesp.

O crescimento do número de desempregados, redução da renda dos trabalhadores, dificuldades de acesso ao crédito estudantil, além das incertezas sobre o retorno das aulas presenciais, apresentou queda em 2021 e em 2022 dos alunos de graduação.

Tabela 13

Varição da Taxa de Inadimplência, Presencial versus EAD

Período	Variação da Taxa de Inadimplência	
	Presencial	EAD
1º tri. 2022 x 1º trim. 2021	-9,4%	-6,9%
2021 x 2020	-6,8%	29,3%

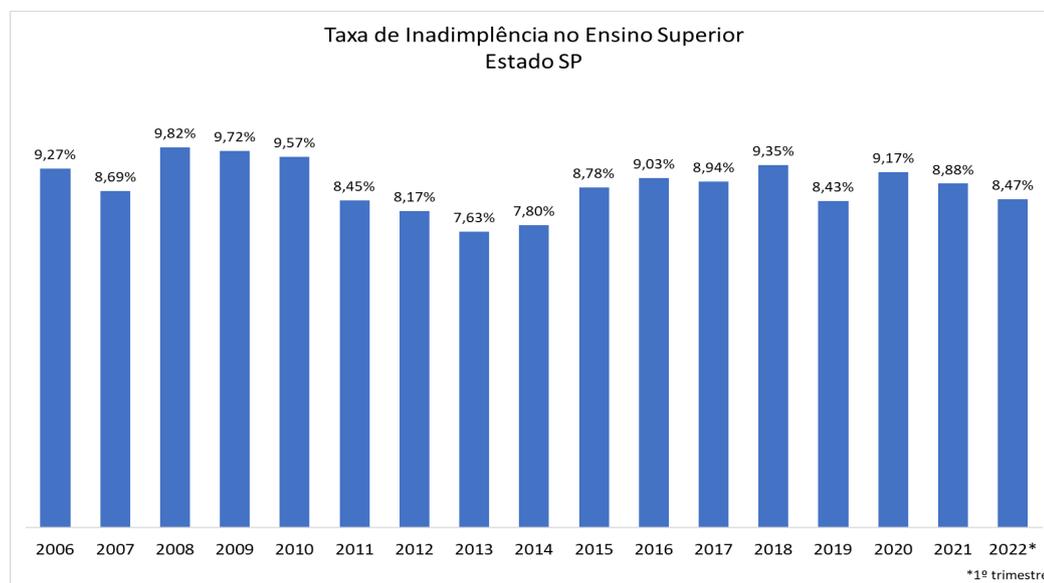
Fonte: Instituto Semesp

No estado de São Paulo o percentual de mensalidades não recebidas em relação às mensalidades emitidas apresentou queda tanto nos cursos presenciais (9,4%) quanto nos cursos EAD (6,9%) no primeiro trimestre de 2022. Além disso, podemos afirmar que o EAD teve uma taxa de inadimplência menor do que os cursos

presenciais, podemos atribuir isso as mensalidades do curso que na maior parte são mais baratas do que as mensalidades de cursos presenciais.

Tabela 14

Evolução da Taxa de Inadimplência no Ensino Superior Privado do Estado de São Paulo.



Fonte: Instituto Semesp

Em uma análise do primeiro trimestre do estado de São Paulo dos anos de 2006 a 2022, podemos concluir taxas de inadimplências maiores nos anos de 2008 com 9,82% impactados pelos efeitos da crise econômica mundial. O ano de 2018 com uma taxa de 9,35% referentes aos impactos da crise econômica-política que ocorreu no ano de 2015 e 2020 com 9,17% decorrentes da pandemia do Covid-19, onde também impactou em uma crise econômica.

O número de inadimplência mostra há dificuldades para os jovens se manterem no Ensino Superior, os custos para estudar são altos não englobam apenas a mensalidade, mas também, transporte, moradia, alimentação, muitos precisam ajudar em casa e a demanda trabalho e faculdade muitas vezes não é possível, fazendo com que ocorra atrasos no pagamento das mensalidades.

Neste cenário, os mesmos jovens beneficiários do Programa Universidade Para Todos (PROUNI) estão reduzindo sua permanência pelas causas citadas a cima, da necessidade em entrar no mercado de trabalho e a inadimplência (com as bolsas que não são 100%). Os dados no tópico do mercado de trabalho mostram que há um

padrão de remuneração barato para os que não possuem Ensino Superior, no entanto, se formar é o maior desafio para esse jovem.

3.4 A REDE PRIVADA DE ENSINO SUPERIOR

A rede privada de Ensino Superior no Brasil conta com mais de 6,9 milhões de alunos, garantindo quase 77% de participação no sistema de educação superior, segundo o Censo de Educação Superior do Inep/ Ministério da Educação (MEC). Ademais, temos um problema desde o ano de 2016, a matrícula em cursos presenciais na rede privada de educação superior tem diminuído e esse comportamento é acompanhado pelo aumento do ritmo de crescimento dos cursos de Ensino à Distância (EAD).

Em 2021, o número de matrículas em cursos a distância da rede privada ultrapassa o número de matrículas em cursos presenciais, podemos colocar como fatores de destaque para isso, a pandemia do Covid-19, uma maior redução do valor da mensalidade e a possibilidade de estudar em casa, o que diminui gastos com deslocamento, aluguel e manutenção para estudar presencialmente.

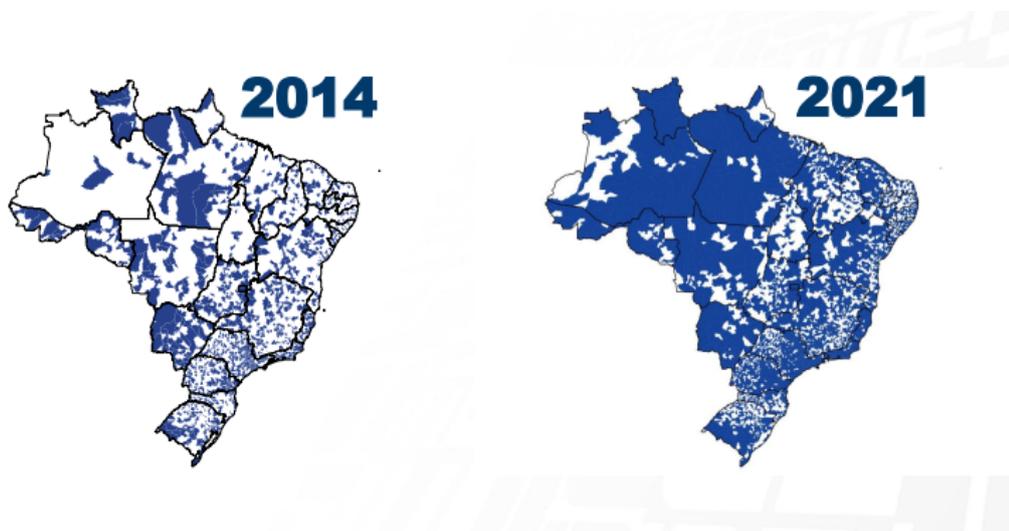
O Ensino à Distância (EAD) oferece uma redução de custos e maximização de lucros, visto que não é necessário usar uma estrutura da universidade para o ensino do aluno e conseqüentemente, ocorre uma redução no número de profissionais, aumento do número de alunos e uma precarização do ensino.

No caso do Programa Universidade Para Todos (PROUNI), segundo o Artigo Pereira (2017) e Souza (2017) debate o Ensino à Distância (EAD) diminui custos para os estudantes, tendo em vista que não é necessário o deslocamento para a universidade e outros gastos como transporte, alimentação, mas, também ocorre uma redução da qualidade do ensino comparado com o presencial.

No Brasil, a falta de acesso da maior parte da classe trabalhadora ao Ensino Superior no país constitui-se como uma dívida histórica, decorrente do padrão dependente educacional e da exploração força de trabalho, por parte das empresas capitalistas, o Brasil um país com industrialização tardia e um padrão de exportação tem um discurso de “pouca oferta de mão de obra qualificada” sem gerar mais acesso e qualidade para que isso se modifique.

Tabela 15

Municípios com alunos matriculados no EAD- Brasil 2014 e 2021



Fonte: MEC/Inep; Censo da Educação Superior

3.5. OS DESAFIOS PARA A EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR E O PAPEL DO PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS (PROUNI)

O Plano Nacional de Educação (PNE) tem como meta elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurando a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% das novas matrículas, no segmento público.

Os motivos de Evasão no Ensino Superior Brasileiro podem combinar uma série de fatores escolares, pessoais e socioeconômicos. Um desses fatores é a falta de renda para que o aluno consiga se manter no Ensino Superior, muitas vezes ele ajuda a complementar a renda da família e para isso é necessário entrar no mercado de trabalho precocemente, o mesmo acontece com o Programa Universidade Para Todos (PROUNI).

Temos os fatores de evasão estudante, incluindo a preparação educacional anterior, atributos de motivação e persistência, bem como a sua autoconfiança acadêmica. Os fatores situacionais, como apoio da família e do empregador, além de mudanças em circunstâncias da vida pessoal e os fatores do sistema educacional, englobando tanto a qualidade e as dificuldades com a didática empregada, como com o suporte oferecido pela instituição.

Visto isso, são necessárias políticas educacionais que permitam que o aluno consiga não só acessar o Ensino Superior, mas também se manter até o final do curso,

o Programa Universidade para Todos (PROUNI) tem uma proposta de inclusão e democratização do Ensino Superior, consiste numa política pública voltada à garantia do acesso, permanência e produtividade acadêmica desses estratos da população no ensino superior com o objetivo de contribuir para a sua inclusão social.

Contudo, persistem desafios, como a necessidade de maior investimento público e políticas que favoreçam a qualidade do ensino e estratégias para inclusão dos grupos, a partir da compreensão e análise dessas complexidades para a formulação de políticas educacionais mais abrangentes.

São necessárias mudanças para que o aluno consiga se manter no curso como bolsas de auxílio para moradia, transporte, alimentação e outros incentivos para programas de estágio e pesquisas remuneradas.

Atualmente muitos jovens abandonam o Ensino Superior para ingressar no mercado de trabalho ganhando pouco comparado com o salário de quem possui um Ensino Superior Completo atuando na sua área de formação, isso muitas vezes acontece porque eles não possuem outra maneira de se manter no curso e ajudar a família sem estar ganhando alguma remuneração.

3.6 COMENTÁRIOS FINAIS

Diante disso, com base nas análises abordadas sobre a inserção dos jovens no mercado de trabalho, as remunerações nos diferentes setores e os desafios enfrentados pelos beneficiários do Programa Universidade para Todos (PROUNI), é evidente a complexidade do cenário educacional e profissional.

A distribuição dos jovens nos setores de trabalho, evidenciando a predominância no setor de Serviços e Comércio, além de apresentar uma relação entre remuneração e nível de escolaridade, mostra que o mercado de trabalho absorve esses jovens, muitas vezes, oferecendo salários não suficientes para sustentar a continuidade dos estudos no Ensino Superior.

Ao discutir a evasão no Ensino Superior, destacou-se a importância do Programa Universidade Para Todos (PROUNI) na ampliação do acesso, mas também a necessidade de aprimoramentos para garantir a permanência efetiva dos beneficiários. As dificuldades financeiras, evidenciadas pelas altas taxas de inadimplência e a busca precoce por trabalho para complementar renda, destacam-se como desafios a serem superados.

A análise da rede privada de Ensino Superior trouxe a crescente procura por cursos de Ensino à Distância (EAD), apontando para mudanças nos padrões educacionais, motivadas por fatores como a pandemia e a redução de custos, os quais poderiam oferecer um maior suporte para evitar a evasão, mas, ele beneficia mais a universidade do que o aluno, ressaltando impactos negativos na qualidade do ensino oferecido nesse formato.

Diante dos desafios para a expansão do Ensino Superior, fica evidente a necessidade de políticas educacionais mais abrangentes, envolvendo não apenas o acesso inicial, mas também medidas que assegurem a permanência dos estudantes, como apoio financeiro e aprimoramento do Programa Universidade Para Todos (PROUNI), a superação desses desafios não só beneficiará os indivíduos, mas contribuirá para um desenvolvimento econômico mais inclusivo.

CONCLUSÃO

Diante disso, o objetivo desse trabalho foi discutir o impacto de políticas públicas uma análise da efetividade do Programa Universidade Para Todos (PROUNI) e o impacto de políticas públicas na redução da desigualdade social, como visto e debatido nos três capítulos.

Ao oferecer bolsas de estudo em instituições de ensino superior privadas para estudantes de baixa renda, o Programa Universidade Para Todos (PROUNI) permitiu que indivíduos que antes não teriam condições financeiras de frequentar uma faculdade pudessem ter acesso ao ensino superior, isso impacta positivamente na redução das desigualdades sociais

Pessoas de diferentes origens socioeconômicas tivessem a oportunidade de obter uma formação acadêmica de qualidade e, conseqüentemente, melhores perspectivas de emprego e desenvolvimento pessoal. A educação superior é frequentemente vista como um fator de mobilidade social, e o Programa Universidade Para Todos (PROUNI) ajudou a diminuir a barreira financeira que muitos estudantes enfrentavam para ingressar em universidades.

Com o aumento do acesso à educação superior, o Programa Universidade Para Todos (PROUNI) ajudou a criar uma força de trabalho mais qualificada e diversificada, o que pode ter impactos positivos na economia do país a longo prazo. Além disso, ao oferecer oportunidades iguais para estudantes de diferentes origens, o programa contribui para a construção de uma sociedade mais equitativa e com menor desigualdade de oportunidades.

É importante que o programa continue sendo incentivado e aprimorado para que cada vez mais estudantes possam ser beneficiados e para que a qualidade do ensino superior no país continue a melhorar, também é necessário um aumento das vagas e possibilidades para que os estudantes se mantenham durante o curso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

PRADO, Luiz Carlos Delorme. O Estado do Bem-Estar Social na Idade da Razão| Celia Lessa Kerstenetzky. **Cadernos do Desenvolvimento**, v. 8, n. 13, p. 313-320, 2018.

PEREIRA, Larissa Dahmer; SOUZA, Andréa Cristina Viana de. Mercantilização do ensino superior brasileiro e o uso do EaD como estratégia expansionista. **Colóquio Internacional Marx e o Marxismo**, v. 1, 2017.

COSTA, Danielle Dias da; FERREIRA, Norma-Iracema de Barros. O PROUNI na educação superior brasileira: indicadores de acesso e permanência. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 22, p. 141-163, 2017.

BECKER, Kalinca Léia; DE MENDONÇA, Mário Jorge Cardoso. Avaliação do impacto do Prouni na nota Enade dos estudantes. **Economia Aplicada**, v. 25, n. 4, p. 521-544, 2021.

MENDES, Gabriela Mesquita; MULIN, Heloise de Pinho. Avaliação e desempenho do Programa Universidade para Todos (PROUNI). 2017.

COSTA, Danielle Dias da; FERREIRA, Norma-Iracema de Barros. O PROUNI na educação superior brasileira: indicadores de acesso e permanência. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 22, p. 141-163, 2017.

BECKER, Kalinca Léia; DE MENDONÇA, Mário Jorge Cardoso. **Avaliação de impacto do Prouni sobre a performance acadêmica dos estudantes**. Texto para Discussão, 2019.

DE ESTATÍSTICAS EDUCACIONAIS, Diretoria. Censo da Educação Superior. 2021.

Ribeiro Nogueira, VM, (2001). **Estado de Bem-Estar Social - origens e desenvolvimento**. **Revista Katálisis**, (5), 89-103.